

Maria Beatriz Rocha-Trindade (coord.), Ana Paula Cordeiro, Ana Paula Beja Horta, Ana Isabel Madeira, Maria do Céu Cunha Rego, Telma Viegas, *Sociologia das Migrações*, Universidade Aberta, 1995, 410 páginas.

Fernando Luís Machado

O presente volume insere-se na já muito ampla colecção de manuais que a Universidade Aberta vem regularmente editando com a finalidade principal de apoiar aqueles que seguem os seus cursos de ensino à distância. Esses manuais cobrem um leque amplo de áreas científicas e tecnológicas, incluindo várias disciplinas do campo das ciências sociais. No caso particular da sociologia outros volumes estão já disponíveis, e embora não se trate, à partida, de materiais para utilização exclusiva por parte dos que acompanham formalmente este tipo de ensino, é certo que a difusão restrita destas edições tem contribuído para alguma invisibilidade e retardado o seu eco mais generalizado na comunidade sociológica.

Os primeiros destinatários deste *Sociologia das Migrações* são os estudantes formalmente inscritos na disciplina com o mesmo nome da licenciatura em Estudos Portugueses daquela Universidade. Mas é, indubitavelmente, um documento de interesse mais amplo, que pode servir tanto os que se dedicam à investigação no domínio das migrações e da etnicidade, como, justamente pelo seu carácter didáctico, os estudantes que no campo de ensino presencial se interessem pelos temas em análise. A importância actual do tema na sociedade portuguesa, não só pelo lado da imigração, como pelo lado hoje algo subestimado da emigração, garante-lhe virtualmente leitores atentos também nos

sectores extra-universitários e na opinião pública em geral.

Dentro da Universidade Aberta, as autoras animam o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, associado ao Instituto de Pós-Graduados, e, por isso mesmo, transportam para este trabalho conhecimento em primeiro mão do campo em análise e experiência pessoal de investigação. Destaca-se naturalmente a coordenadora da equipa, com um trajecto de pesquisa de mais de vinte anos dedicado à emigração portuguesa.

Independentemente da sua qualidade como material de apoio pedagógico, aspecto que aqui não está sob observação, o trabalho tem assim o mérito de reunir pela primeira vez num só volume, embora de forma necessariamente resumida, muitos elementos de conhecimento sobre o tema das migrações na sociedade portuguesa, com o cuidado de incluir já a imigração ao lado da emigração. É certo que há algumas omissões ao nível de estudos mais recentes e dispersos, tanto no que respeita à saída como à entrada de população, mas também há um recuo histórico nas referências bibliográficas que é útil sobretudo para os que comecem agora a explorar estes domínios. O próprio surgimento deste livro, de resto, é mais um elemento de confirmação de que o estudo das migrações reganhou impulso e se vem tornando um domínio privilegiado pela sociologia e por outras ciências sociais em Portugal.

As suas mais de quatrocentas páginas desdobram-se, essencialmente, em três blocos.

O primeiro, de natureza teórico-conceptual, inclui quatro capítulos dedicados à apresentação dos contornos gerais da disciplina, de conceitos e tipologias, de fundamentos teóricos e de indicações metodológicas para o estudo sociológico das migrações.

O segundo tem um perfil mais analítico e compreende cinco capítulos de referência empírica relativos principalmente, mas não exclusivamente, à sociedade portuguesa. São cobertas as temáticas da emigração portuguesa, dos processos sociais e dinâmicas interactivas em que estão envolvidos os emigrantes portugueses no estrangeiro, da imigração em Portugal, das relações interétnicas no contexto das sociedades actuais e da relação entre multiculturalismo e educação.

O último bloco, mais reduzido, reúne um pequeno capítulo onde se esboçam perspectivas futuras e se propõe uma “agenda” de investigação em sociologia das migrações e um outro, de contornos fundamentalmente jurídicos, contemplando, entre outros aspectos, a delimitação pelo direito do conceito de migrante; o tratamento das migrações pelos Estados de origem e pelos Estados de acolhimento, com referência específica ao caso português; a acção das organizações internacionais; e o estatuto das migrações e dos migrantes face à União Europeia e ao direito comunitário.

O volume termina com uma bibliografia seleccionada, mas volumosa, que compreende um bom conjunto de referências nacionais e internacionais, clássicas e actuais e com a indicação de boletins e revistas especializadas. Há ainda anexos com documentos jurídicos relativos às migrações, aos migrantes e temas associados e, como é prática corrente e útil nos manuais da Universidade Aberta, um glossário relativamente

extenso onde aos conceitos principais em uso na sociologia das migrações, e a alguns de sociologia geral e metodologia, se acrescentam muitos outros do direito.

Passemos então a algumas notas de comentário mais localizado suscitadas pela leitura sucessiva dos capítulos deste trabalho.

Começando pelo que é dedicado aos “conceitos e tipologias”, pode-se observar que, se a inventariação de conceitos básicos é bastante pormenorizada e exhaustiva, já as tipologias de migrações poderiam contemplar critérios outros para além dos estritamente espaciais e temporais ou do critério motivacional. A distinção, do lado do contexto de partida, entre migrações livres ou voluntárias e migrações forçadas é também clássica, bem como a distinção, agora segundo um critério de composição dos fluxos, entre movimentos migratórios mais atomizados e movimentos de massa.

Através de todo o extenso capítulo dedicado aos “fundamentos teóricos” é notória a preocupação em demarcar um domínio especializado para o estudo das migrações no interior da sociologia. Embora não de forma completamente explícita, o entendimento parece ser o de que esse domínio englobaria, igualmente, o das relações inter-étnicas, da etnicidade e do multiculturalismo.

Segundo um princípio genealógico, recorre-se de início às principais fontes clássicas do pensamento económico e sociológico para, a partir daí, reconstituir o caminho percorrido na definição progressiva de uma sub-área disciplinar que se quer de contornos reconhecíveis e reconhecidos. Invocam-se assim, e nem sempre com a mesma pertinência, tanto Marx, Weber ou Durkheim, como alguns dos pais e correntes fundadoras da ciência económica.

Entrando depois, mais directamente, no estudo das migrações, as autoras

apresentam e analisam duas grandes correntes, cada uma delas recebendo num mesmo curso explicativo os contributos mais ou menos sectoriais de vários afluentes: a “perspectiva do equilíbrio” e a “perspectiva histórico-estrutural”.

A primeira funda-se no bem conhecido modelo da atracção-repulsão de Ravenstein e das suas “leis da migração”, posteriormente retomado e desenvolvido por Everett Lee. Para além destas referências clássicas são ainda consideradas, sob a designação de “perspectiva do equilíbrio”, teorias sobre o mercado de trabalho e sobre o capital humano, todas partilhando a ideia básica de que as migrações resultam da procura racional de um novo posicionamento sócio-económico por parte dos actores, dados certos factores de repulsão e de atracção em diferentes espaços nacionais ou regionais.

Por seu lado, a dita “perspectiva histórico-estrutural”, de inspiração marxista e privilegiando a contextualização dos fenómenos migratórios em quadros mais amplos de transformação social, é a que se encontra presente em modelos tão variados como as teorias da dependência, do colonialismo interno, da nova divisão internacional do trabalho, do mercado de trabalho dualista e ainda no modelo wallersteiniano do “centro-periferia” do sistema capitalista mundial, todos eles brevemente referenciados e comentados na óptica das migrações.

Considerando as limitações de cada uma das correntes para, só por si, conduzirem a uma compreensão global do problema, as autoras destacam a introdução nesta área de estudo do conceito de redes sociais, “na medida em que tornou possível estabelecer uma ponte entre as abordagens micro e macroscópica dos fenómenos migratórios” (p.90). Ao efectuarem ligações “entre os países de origem e os países de destino, as redes sociais baseadas em laços inter-

personais constituem factores de intermediação entre os actores individuais e as forças estruturais” (p. 91).

Poderiam, no entanto, ser igualmente destacados outros factores intermédios, como as referências valorativas ou as orientações de vida, que estão por trás do que se costuma considerar o carácter selectivo das migrações voluntárias, ou seja, o facto de, nas mesmas condições estruturais e com perfil social idêntico, haver indivíduos, famílias e grupos que emigram e outros não. A importância desses factores simbólico-culturais ajudaria a explicar, por exemplo, o pioneirismo dos primeiros migrantes, justamente aqueles que, por não estarem ainda constituídas essas redes sociais, não podem beneficiar dos recursos que elas proporcionam em termos de informação e primeiro acolhimento, por exemplo.

Passando do plano das migrações para o da fixação dos imigrantes nas sociedades de destino são referenciados contributos teóricos vários, desde as abordagens da Escola de Chicago, passando pelas teorias referentes à etnicidade, até às concepções pluralistas que, como é assinalado, polarizam actualmente o debate em torno desta questão, já que os países grandes receptores de imigrantes se vêm transformando, no curso das gerações, em sociedades heterogéneas e plurais em termos étnicos.

Vale a pena perguntar, no entanto, se esta interpretação pluralista não ignora os processos de integração social, hibridação cultural e miscigenação racial que se desenvolvem nessas mesmas sociedades e que, sem se aproximarem da ideia de um *melting pot* que tudo assimila, como se pensava em certa fase da história americana, dão origem a novas configurações, que se afastam igualmente da ideia de uma sociedade constituída por grupos étnicos duradouramente justapostos em fronteiras fixas e intransponíveis.

Rematando este primeiro bloco, e antes da análise dos fluxos migratórios que têm tido por ponto de partida e de chegada o espaço nacional português, o capítulo reservado à metodologia percorre todo o leque de técnicas disponíveis no campo da sociologia, cuja utilização específica é bem ilustrada, quer com referências clássicas e contemporâneas de estudos sociológicos quer com sugestões e pistas para virtuais abordagens empíricas.

Depois de breves apontamentos sobre algumas das mais importantes diásporas a nível mundial, o capítulo sobre a emigração portuguesa faz uma rápida retrospectiva histórica, que remonta à época da expansão marítima, passa pelo século XIX e pela emigração então dominante para o Brasil, para se centrar depois no presente século. Discutem-se aí as condições estruturais que têm conduzido à emigração, apresentam-se os números das saídas legais entre 1956 e 1988, e identificam-se os destinos, na sua variação temporal e especialização.

Diga-se de passagem que surpreende, neste contexto, a ausência de quaisquer indicações ou comentários sobre a emigração massiva para as ex-colónias, nomeadamente aquelas onde se desenrolou um verdadeiro processo de povoamento colonial, como foi o caso de Angola e, em menor escala, de Moçambique.

Relativamente à situação actual, são enunciados os parâmetros de natureza económica, política e jurídica que, tanto na origem como num leque amplo de destinos virtuais, podem condicionar a emigração portuguesa. Se é certo que se refere a persistência de alguns factores de repulsão na sociedade portuguesa, não é, no entanto, comentada a aparente tendência para um recrudescimento das saídas a partir de meados dos anos 80, para a qual alguns estudos têm chamado a atenção¹. Esses estudos parecem

confirmar o facto, que é de resto devidamente sublinhado no livro, de a emigração ser uma constante estrutural na sociedade portuguesa.

No que toca ao regresso de emigrantes, mostra-se que, apesar de não negligenciável nos seus quantitativos e efeitos, é muito menor do que se chegou a predizer quando se temia um regresso em massa dos emigrantes europeus e não europeus.

É ainda a emigração portuguesa que é tomada como pano de fundo no capítulo posterior, dedicado aos processos sociais e às dinâmicas interactivas das comunidades emigrantes nos países de destino. Os processos de formação dessas comunidades, com destaque para o movimento associativo, a interacção dos emigrantes com o país e o Estado de origem, os mecanismos de "interacção bipolar" entre os segmentos emigrado e não emigrado de uma mesma comunidade e o papel das intervenções de liderança individual são os tópicos tratados.

Coloca-se, em suma, a muito falada questão das comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro, a cuja análise sociológica se tende a sobrepor, como as autoras assinalam, uma interpretação afectiva e política que enfatiza o lado português da identidade e dos interesses dessas supostas comunidades.

É justamente esse ponto que Paulo Monteiro, numa avaliação crítica recente dos estudos de emigração, sublinha: "a força do tema 'emigração' e 'comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo', a sua presença nos discursos quotidianos dos políticos, dos *media* e das nossas conversas ('as casas dos emigrantes') tem sido a fraqueza do tema 'emigração nas ciências sociais'².

Nesse sentido, teria sido interessante avaliar a expressão entre as populações de emigrantes portugueses, nomeadamente entre os seus descendentes, dos processos de "sinal contrário" ao dos que são analisados no capítulo.

Ou seja, as estratégias de não-regresso, a interacção preferencial com as sociedades de acolhimento e a adopção dos seus padrões culturais, a exogamia, muitas vezes a fixação virtualmente definitiva com perda de vínculos ao país de origem. Trata-se, no fundo, de perguntar até que ponto as ditas “comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo” se tornam, para usar uma expressão do mesmo Paulo Monteiro, em “não-comunidades de não-portugueses”⁷³.

O capítulo sobre imigração em Portugal é de extensão relativamente limitada na economia da obra. Depois de um rápido enquadramento da situação portuguesa no contexto europeu e de breves apontamentos históricos, dão-se indicações mais pormenorizadas sobre fases, fluxos, origens nacionais, peso quantitativo e distribuição geográfica dos imigrantes, tanto os que provêm dos países africanos de língua portuguesa, como os oriundos da União Europeia ou dos E.U.A., estes menos visíveis apesar de alguns dos seus contingentes serem tão ou mais numerosos que aqueles. Claro que os números apresentados são os oficiais, neste caso os do Serviço de Estrangeiro e Fronteiras, cuja taxa de subestimação é bem conhecida, particularmente no que respeita à imigração africana.

Registe-se, relativamente aos movimentos de entrada de população em Portugal, a nota dissonante que é o capítulo em causa englobar o retorno dos portugueses das ex-colónias no conjunto do movimento imigratório, não explicitando devidamente o facto de se tratar de um fluxo populacional que é, em todos os aspectos, completamente distinto da imigração.

Segue-se uma secção rica do ponto de vista informativo sobre a politização da etnicidade e as políticas migratórias, com a indicação de enquadramentos legais e a inventariação de iniciativas políticas, de vária ordem, que se vão

multiplicando ao nível do poder local e central e no plano da acção partidária. Fica aí por assinalar, contudo, o já significativo associativismo imigrante em Portugal, que é justamente um dos protagonistas centrais desse processo de politização.

Sem desprezar o princípio da síntese, poder-se-ia ter ido um pouco mais longe, nomeadamente no que se refere, por um lado, à identificação da composição sociodemográfica e da situação social dos imigrantes e, por outro lado, à sua significativa diferenciação cultural, em termos linguísticos, religiosos ou dos modos de vida e da sociabilidade. Sobre estes aspectos já há bastante mais informação disponível do que a que é mobilizada.

Os dois capítulos subsequentes, que fecham a parte propriamente substantiva do volume, incidem, com já foi dito, sobre as relações interétnicas nas sociedades contemporâneas e sobre a relação entre multiculturalismo e educação.

O primeiro apresenta e comenta conceitos nucleares para a compreensão dessas relações, como sejam o de minoria, grupos étnicos ou racismo, e uma tipologia de seis situações de relacionamento interétnico, elaborada por Simpson e Yinger, que vai desde a assimilação das minorias pela sociedade envolvente até ao extermínio ou genocídio, passando pelo pluralismo, pela protecção legal das minorias, pelas transferências de população e pelo subjugação instituída.

O resto do capítulo toma como referência as relações interétnicas em diferentes países da União Europeia, atendo-se fundamentalmente às orientações políticas e legislativas que vêm sendo seguidas no combate à discriminação, ao racismo e à xenofobia. Seguindo as autoras, essas orientações seguem de perto uma de três tendências predominantes, conforme o país em questão: assimilação, pluralismo ou re-

jeição. No seu entender, o caso português é, neste momento de indefinição, já que o discurso de tipo pluralista dos órgãos de poder não se tem traduzido em medidas de intervenção concreta.

Quanto à problemática educativa no contexto das sociedades pluriétnicas, analisam-se políticas assimilacionistas, multiculturais e interculturais, tendo como referência exemplos dos EUA, do Canadá e da União Europeia e identificam-se de perto os primeiros passos dados neste campo no nosso país. Particularmente importante é a chamada de atenção para a sobreposição entre os conceitos de educação multicultural e educação intercultural, usados como sinónimos em espaços nacionais e tradições de pensamento diferentes, mas que efectivamente não o são, embora não seja fácil explicitar os fundamentos específicos que diferenciam uma e outra perspectiva.

Independentemente dessa questão "terminológica", as autoras não deixam de apontar, com pertinência, os potenciais efeitos perversos de muitas abordagens educativas multiculturais, quando estas se baseiam numa "concepção relativamente estática dos fenómenos culturais, em que a cultura é tomada como um conjunto de características mais ou menos imutáveis atribuído a determinada comunidade" (p. 255). Na sequência de certas interpretações pluralistas da heterogeneidade étnica que definem as sociedades contemporâneas como a justaposição de múltiplos grupos separados por fronteiras tendencialmente fixas, algumas estratégias de educação multicultural reforçam esse efeito de

fechamento dos indivíduos nas suas culturas, supostamente unas e indivisíveis.

Sem esquecer que estamos perante um texto destinado prioritariamente a servir de apoio didáctico a alunos universitários do ensino à distância, poderia talvez, em algumas secções, ter-se aprofundado mais a perspectiva sociológica, até como forma de contrabalançar o pendor jurídico e institucional que se faz sentir ao longo do livro. De todo o modo, pela sua riqueza informativa no plano teórico e empírico, ele constitui uma referência de trabalho para todos os que, profissionalmente ou por outras razões, se interessam pelo fenómeno migratório em Portugal.

Notas

- 1 Ver João Peixoto, "Migrações e mobilidade: as novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980", in *Emigração/ Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.
- 2 Paulo Monteiro, *Emigração - o eterno mito do retorno*, Oeiras, Celta Editora, 1993, p. 1.
- 3 Paulo Monteiro, *op. cit.* p. 57.

Fernando Luís Machado. Sociólogo. Investigador do CIES. Docente do Departamento de Sociologia do ISCTE. A correspondência pode ser enviada para CIES. Av. das Forças Armadas, 1600 Lisboa. ou pelo Fax: 351(0)1-794.0074.